

Conversão pode ajudar exportações

Banco Central define grupo para estudar novo tipo de conversão da dívida externa através das exportações

O diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, confirmou, ontem, o interesse de exportadores — entre eles a Sharp — em efetuar exportações com aproveitamento do mecanismo de conversão da dívida com deságio, no valor de US\$ 7 bilhões. O Banco Central definirá em sua reunião de amanhã um grupo de trabalho para estudar a regulamentação desse tipo de operação que, em princípio, atenderia exclusivamente a mercados ainda não explorados, aumentando a competitividade da produção brasileira.

Não há, no entanto, decisão sobre essa questão, uma vez que é bastante complexa e, segundo Lore, deve atender em primeiro lugar ao interesse nacional. Em princípio, a operação parece viável, afirmou Lore, para quem essas operações poderiam ser pagas com títulos da dívida brasileira no Exterior, comprados aos credores com deságio, desde que parte desse deságio venha a ser apropriado também pelo País, através da redução de sua dívida sem a transformação em cruzados pelo mesmo valor de face do título.

Os bancos credores, lembrou Lore, operam normalmente com grande vinculação a *tradings* que

operam com o Brasil e eventualmente poderiam se interessar por este processo de conversão.

LEILÃO COM DESÁGIO

O presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões, reiterou, ontem, que o governo não permitirá a conversão da dívida sem deságio, seja via leilão — o primeiro se realizará hoje, a partir das 15 horas, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro —, ou pela via direta dos créditos vencidos.

"Se os bancos estrangeiros, os credores, não se interessarem pela conversão, perderão uma boa oportunidade", afirmou Camões, em resposta à manifestação de vários grandes bancos que se recusam a admitir o deságio da dívida brasileira existente no mercado internacional.

Camões e Lore negaram-se a refazer previsões sobre o nível de deságio a ser obtido no leilão de hoje, assim como o volume que será possível converter, já que não houve pré-qualificação de interessados — o que tornaria viável uma avaliação — e pelo fato de ser esta a primeira vez que se realiza tal operação no País. Ambos afirmaram, ainda, que as regras estabelecidas para o leilão poderão ser alteradas, na medida em que se mos-

trarem inadequadas. Lore informou que, dependendo da execução da política monetária, poderá haver, no futuro, retenção de recursos registrados para conversão, de acordo com a necessidade de controlar a liquidez do sistema.

A fiscalização sobre a aplicação dos recursos obtidos com a conversão em investimentos, segundo Lore, será fiscalizada por várias fontes, no caso das áreas incentivadas (Sudene, Sudam, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha), embora não haja necessidade de controle sobre os investimentos da iniciativa privada, sem incentivo, já que nenhuma empresa teria interesse em não promover o investimento pretendido, sob risco de prejuízo.

DESINTERESSE

Do lado do governo, segundo Lore, não há interesse em segmentar ainda mais o mercado do leilão, destacando lotes específicos para determinados setores, como os fundos de conversão-investimento estrangeiro. Caso contrário, haverá necessidade de fazer todas as operações sempre com análise caso a caso, o que inviabilizaria a conversão.

Brasília/Agência Estado